

**Política** “Democracias tiveram grande facilidade em apagar a história”

# Desculpa por Wiriamu deve “obrigar a olhar para a história de Portugal e a questão colonial”

**Maria Paula Meneses** classifica o pedido de desculpas do primeiro-ministro como “corajoso” e em linha com o que já fizeram outros países europeus. E pede a criação de “comissões de verdade e reconciliação”



## Entrevista

### Joana Gorjão Henriques

Maria Paula Meneses, antropóloga, historiadora moçambicana e investigadora coordenadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, doutorada pelas Universidades de Rutgers, nos Estados Unidos, tem focado a sua pesquisa em história política e nas relações entre conhecimento e poder. Nesta entrevista fala sobre o pedido de desculpas do primeiro-ministro António Costa pelo massacre de Wiriamu, a 16 de Dezembro de 1972, em que tropas portuguesas dispararam sobre homens, mulheres e crianças, fuzilando-os. A chacina prosseguiu em quatro povoações ao lado, no rio Zambeze.

#### Como olha para o pedido de desculpas de António Costa aos moçambicanos pelo massacre de Wiriamu?

É um reconhecimento muito importante, o primeiro que conheço no espaço português, num contexto em que se fala da guerra, que destrói pessoas, relações. Fica a faltar o reconhecimento sobre o que foi a violência colonial. Creio que este foi o primeiro passo. O que estamos a ver de forma tímida, que nem sequer põe a questão

económica em causa, é uma tentativa de os governos europeus reconhecerem que houve questões de extrema violência da sua presença em contextos coloniais. **António Costa segue a tendência?**

Sim. Tem havido outros matizes. A França tem [debatido] a questão dos museus, tem feito encontros com vários intelectuais para tentar perceber os relacionamentos e abrir e partilhar os arquivos - esta foi a novidade francesa. A novidade alemã foi a indemnização já paga à Namíbia [mil milhões de euros em ajudas], no caso inglês é o reconhecimento do *wrongdoing* e a tentativa de devolução dos bens ao reino do Benim.

Mas no meio disto há uma questão muito grande: como se vai recontar a história da Europa sobre estes não-ditos e estes interditos, que é o problema da memória histórica que não entra no espaço reflexivo português. Isto é muito importante porque um pronunciamento destes devia obrigar-nos a olhar para a História de Portugal e a questão colonial. Há uma frase do primeiro-ministro que não gostei, quando ele diz que com o 25 de Abril demos a independência às colónias – não é verdade, foram as lutas de emancipação das então colónias que abriram caminho à democracia em Portugal.

**Este pedido de desculpas abre**

#### portas a pedidos de desculpas por outras atrocidades como os massacres de Batepá, em São Tomé e Príncipe, ou os ataques por causa da revolta da Baixa do Cassange, em Angola?

A seguir a Wiriamu, em Moçambique, há mais massacres. Qualquer guerra tem crimes de guerra, que não prescrevem. O massacre de Wiriamu [é conhecido] porque há padres e irmãs, que são o interface com as pessoas que fugiam, que conseguem passar a informação cá para fora. Há muitos outros contextos de massacres, e na mesma região, de que não se fala. E há toda a questão de Goa e do Brasil. A questão colonial está intimamente ligada à violência e destruição, e uma outra violência que é a destruição da história do outro lado.

#### Portugal nunca fez uma reflexão a sério sobre os crimes de guerra que cometeu durante o colonialismo. Seria um caminho a fazer agora?

Sim. Quem faz o 25 de Abril são militares, no activo, a narrativa emancipadora em Portugal vem apagar esse problema. Já entrevistei várias pessoas que disseram: “Temos que esperar que esta geração [desapareça] para começar a abrir a caixa porque enquanto estiverem cá há uma narrativa consolidada que não permite abertura.” Estamos a

chegar aos 50 anos do 25 de Abril, o que me preocupa é termos esquecido o que foi a questão colonial. Isto tudo se apagou, a questão das ditaduras na Europa Central e Ocidental, a existência de regimes coloniais. As democracias tiveram grande facilidade em apagar a história. Foi um acto corajoso do primeiro-ministro. Um anterior Presidente [Cavaco Silva] recusou falar do assunto quando se deslocou a Moçambique.

#### E recentemente Marcelo Rebelo de Sousa reconheceu a responsabilidade de Portugal no massacre de Batepá, mas não houve pedido de desculpas...

Não se pode reparar, porque o mal está feito, mas pelo menos deve existir o reconhecimento de que não se devia ter feito. Isso é o mais importante. E foi esse momento que o primeiro-ministro quis sublinhar. Mas foram precisos 50 anos para estes pequenos

momentos. A gente não se pode esquecer que Portugal parte para uma história exaltante da democracia sem querer reflectir sobre a guerra que está na origem dessa democracia – a guerra é um momento fracturante. Houve guerra e projectos de grande violência. Isto são pequenos passos para nos tentarmos compreender e compreender vai-nos obrigar a olhar para a história.

Precisamos de comissões de verdade e reconciliação, para que a história sobre o massacre de Batepá, Wiriamu, o 3 de Fevereiro possa ser ouvida de várias perspectivas e todos tenhamos uma história simultânea, estejamos a explicar quais foram as razões que levaram àquele conjunto de acontecimentos.

Precisamos de descolonizar a história. Mas acho que é um acto corajoso de muitos líderes europeus que se têm de confrontar com o seu passado. As narrativas imperiais estão a voltar, e temos de um lado esta perspectiva e, do outro, as extremas-direitas a exaltar a importância de ter havido impérios. **É moçambicana: que impacto é que esse pedido de desculpas tem em si e pode ter nos moçambicanos?** Há vários níveis de questionamento, o primeiro é o reconhecimento de que houve uma interferência errada naquele território. O reconhecimento



**É um reconhecimento muito importante, o primeiro que conheço no espaço português**



DR

## Primeiro-ministro em Moçambique Contrição de Costa entre a ‘reparação simbólica’ e o ‘precedente complicado’

Sofia Rodrigues

O pedido de desculpas do primeiro-ministro sobre o massacre de Wiriamu (em 1972), em Moçambique, suscita visões opostas entre historiadores e partidos políticos. Há quem saliente a relevância do gesto como uma “reparação simbólica”, mas há quem considere que foi aberta a “caixa de Pandora” sobre o reconhecimento geral de actos de barbárie.

Na sexta-feira, durante a visita oficial a Moçambique, António Costa fez uma declaração sobre o massacre de Wiriamu, que vitimou centenas de civis durante a guerra colonial. “Neste ano de 2022, quase decorridos 50 anos sobre esse terrível dia de 16 de Dezembro de 1972, não posso deixar aqui de evocar e de me curvar perante a memória das vítimas do massacre de Wiriamu, acto indesculpável que desonra a nossa História”, afirmou o primeiro-ministro, perante o Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, em Maputo.

Miguel Cardina, coordenador do projecto Crome (*Memórias Cruzadas, Políticas do Silêncio. As guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais*), sublinha que o gesto é “uma reparação simbólica embora não vise estabelecer uma verdade histórica porque os factos são conhecidos”. O historiador vê relevância neste gesto se contribuir para “abrir linhas de investigação” e considera útil cruzar a memória pública.

Sem que haja memória de uma declaração semelhante recente por parte de outro alto responsável político português, Miguel Cardina refere que o gesto de Costa também “simboliza a evolução na memória oficial sobre a guerra e o colonialismo”.

Sinais dessa evolução, diz, foram o debate na sociedade portuguesa nos últimos anos em torno de ques-

tões como a do “museu das descobertas” e a mensagem que o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, deixou em São Tomé, em 2018, sobre as responsabilidades de Portugal no massacre de Batepá (em 1953).

Em 2008, o antigo Presidente Cavaco Silva visitou Moçambique e sobre esta questão disse que “a História é feita pelos homens todos os dias, com os seus defeitos e virtudes”. Para Cardina, a alteração de discurso não reflecte apenas uma “mudança de actores”, é sinal de uma “sensibilidade social diferente.”

A atitude de António Costa suscita outra reflexão da parte de João Pedro Marques, investigador e especialista em História da Escravatura. Os massacres são “evidentemente condenáveis”, mas “quando a atenção fica focada em coisas bárbaras, estamos a abrir a caixa de Pandora”, afirma, questionando o alcance deste tipo de gestos: “Vamos pedir desculpas por todas as barbaridades que cometemos, nós e outros povos? Quando é que esse processo pára?”

João Pedro Marques defende que pode ter sido aberto um “precedente complicado” e dá um exemplo: “Pode perguntar-se ao primeiro-ministro porque é que ele não exige ao seu amigo e par, Emmanuel Macron, um pedido de desculpas pelas gigantescas barbaridades que os exércitos franceses cometeram em Portugal.”

As posições também divergem entre os partidos. Isabel Moreira salienta a “enorme importância” do pedido de perdão. Ao PÚBLICO, a deputada do PS afirma que “o presente e o futuro que queremos que seja de efectiva igualdade não se faz sem consciência do passado e a sua superação de forma assumida”.

O BE considera que “é um acto correcto, que só peca por tardio”. “Deve ser um passo no reconhecimento da violência colonial, que não se esgota no massacre de Wiriamu”, diz fonte oficial bloquista. E o PCP defende que é preciso ir mais longe: “A par do reconhecimento destes factos, o que se impõe é a denúncia do que representou o colonialismo e o fascismo.”

Se à esquerda há aplausos, à direita o Chega revela, ao PÚBLICO, a intenção de “processar o primeiro-ministro por ofensas à soberania e símbolos nacionais” e de lhe “exigir um pedido de desculpa às Forças Armadas portuguesas e aos retornados”.

destas mortes, destes civis, é muito importante e vai obrigar-nos [moçambicanos] a olhar para a nossa História de outra forma. O massacre é um problema associado com a abertura da frente de Tete, mas são civis, não estava directamente associado à luta armada e mostra a dimensão da presença civil e de uma consciência nacionalista entre os moçambicanos naquela altura. Há um protesto forte contra a presença colonial. Vai ter de se falar disso. Não era só a Frente de Libertação de Moçambique, havia a consciência da parte de igrejas, de movimentos muçulmanos, daquilo que hoje se chama sociedade civil, da necessidade de chegar à independência. Portanto, há uma turbulência forte a fermentar no país.

**A seguir a este pedido, o que se segue, reparações da parte de Portugal?**

Há materiais que pertencem a Moçambique que deveriam ser pelo menos microfilmados e digitalizados e entregues ao país. Documentação histórica, e mesmo etnográfica, deveria ser parte fundamental do processo de reparação, porque qualquer moçambicano que queira estudar tem de vir a Portugal. Isso é uma pequena parte, depois o resto são acordos Governo a Governo. Mas não há dinheiro que pague isto, as vidas não têm preço.



Primeiro-ministro, António Costa